



ESTADO DO TOCANTINS  
SECRETARIA DA FAZENDA  
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO  
CONSELHO DE CONTRIBUINTE E RECURSOS FISCAIS

ACÓRDÃO Nº: 576/2007  
PROCESSO Nº : 2006/6040/503034  
RECURSO VOLUNTÁRIO: 6686  
RECORRENTE: HOSPTECH COM DE EQUIP MÉDICO-HOSP LTDA.  
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
INSC ESTADUAL: 29.059.391-3

**EMENTA:** Procedimento administrativo de constituição do crédito tributário. Excesso do prazo. Alteração da Lei 1.288/01. Os lançamentos efetuados até 14 de dezembro de 2006 deveriam ser concluídos no prazo de 60 dias. Nulidade do lançamento.

**DECISÃO:** Decidiu o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, por unanimidade, acatar a preliminar de nulidade do auto de infração nº 2006/002792 por excesso de prazo para concluir o PAT, argüida pela Recorrente, e julgar extinto o processo sem julgamento de mérito. A Sr.<sup>a</sup> Cecília Moreira Fonseca e o Sr. Ricardo Shiniti Konya fizeram sustentações orais pela Recorrente e Fazenda Pública, respectivamente. A REFAZ solicitou a emissão de novo A.I. conforme art. XVI inciso VII do Regime Interno. Participaram da sessão de julgamento os conselheiros Elena Peres Pimentel, Raimundo Nonato Carneiro, João Gabriel Spicker e Juscelino Carvalho de Brito. Presidiu a sessão de julgamento do dia 13 de novembro de 2007, o conselheiro Mário Coelho Parente.

**CONS. RELATOR:** Elena Peres Pimentel.

**CONS. AUTOR DO VOTO VENCEDOR:** Juscelino Carvalho de Brito

**VOTO:** A empresa foi autuada em 03 contextos, pela prática de infrações constatadas por meio de levantamento básico de ICMS e cópia do LRAICMS, conforme descrito abaixo:

campo 4.1 – Recolher ICMS na importância de R\$582,66, proveniente de aproveitamento indevido de crédito, pela falta de indicação do documento e/ou da operação que tenha originado, do estorno da redução de base de cálculo em 29.41%, pelas entradas, apropriadas a maior em outros créditos no livro registro de apuração do ICMS, relativo ao período de 01.01.2002 a 31.12.2002;

campo 5.1 – Recolher ICMS na importância de R\$1.339,17, proveniente de aproveitamento indevido de crédito, pela falta de indicação do documento e/ou da operação que tenha originado, do estorno da redução de base de cálculo em 29.41%, pelas entradas, apropriadas a maior em outros créditos no livro registro de apuração do ICMS período de 01.01.2003 a 31.12.2003



ESTADO DO TOCANTINS  
SECRETARIA DA FAZENDA  
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO  
CONSELHO DE CONTRIBUINTE E RECURSOS FISCAIS

campo 6.1 - Recolher ICMS na importância de R\$145,74, proveniente de, aproveitamento indevido de crédito, pela falta de indicação do documento e/ou da operação que tenha originado, do estorno da redução de base de cálculo em 29.41%, pelas entradas, apropriadas a maior em outros créditos no livro registro de apuração do ICMS relativo ao período de 01.01.2006 a 30.06.2006;

A Autuada foi intimada, por ciência direta, apresentou impugnação tempestiva, a qual foi conhecida pela julgadora de primeira instância, que julgou o auto de infração procedente, condenando o sujeito passivo ao pagamento dos seguintes valores: campo 4.11, R\$582,66, 5.11, R\$ 1.339,17, e 6.11, R\$145,74, todos acrescidos das cominações legais

Ciente da decisão prolatada em primeira instância, a empresa apresentou recurso voluntário, a este conselho, arguindo a preliminar de nulidade, do auto alegando ocorrência de excesso de prazo para conclusão dos trabalhos de Auditoria fiscal, chegando o auditor responsável levar quase 19 (dezenove) meses para concluir o que deveria ser feito em 2 (dois) meses, conforme determina a legislação tributária, e por cerceamento ao direito de defesa, pela falta de clareza no levantamento referente ao procedimento ao descrever a infração no contexto da peça básica, o agente do fisco o fez chamando de aproveitamento indevido de crédito, mas onde está o referido levantamento embasador do procedimento, chama-se ICMS registrado e não recolhido.

No mérito contesta a decisão da julgadora de primeira instância e requer a improcedência dos lançamentos efetuados, alegando falhas no procedimento efetuado pelo contribuinte ao deixar de especificar qual o tipo de crédito, mas na realidade foi crédito relativo a energia utilizada nas suas operações de comercialização atacadista, que a forma adotada pelo contribuinte não está correta, mas o resultado final não deu nenhum prejuízo ao erário, que o próprio agente do fisco confessa que tal obrigação é simplesmente acessória

A REFAZ manifestou-se pela manutenção da decisão em primeira instância e julgar procedente o Auto de Infração.

Entretanto, falhas foram encontradas no procedimento, como excesso de prazo para conclusão dos trabalhos da auditoria, é verificado através da Ordem de Serviço nº 000298/2005 e a entrega desses trabalhos, que ocorreu em 06/12/2006.

